



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania

**UNIDADE:** Instituto Medicina Social e de Criminologia de São Paulo – IMESC

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Informação sobre prestação de serviços públicos. Silêncio do órgão demandado. Recurso provido.

**DECISÃO OGE/LAI nº 152/2017**

1. Tratam os presentes autos de pedidos ao Instituto de Medicina Social e Criminologia do Estado de São Paulo – IMESC, números SIC em epígrafe, sobre serviço de perícia odontológica em unidade regional.
2. O silêncio do ente demandado em ambas as instâncias nos dois pedidos ensejou o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instado a sanar as supressões de instância por parte da Ouvidoria Geral do Estado, o ente permaneceu inerte.
4. Primeiramente, cabe realçar que a Constituição de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública. Tal direito reflete-se em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações de cidadãos, mas em respondê-las, ainda que para afirmar, de modo fundamentado, eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio do órgão público equivale a uma resposta negativa, e imotivada, à demanda efetuada.
5. Assim, imprescindível que o ente público se manifeste quanto às específicas demandas de informações suscitadas, fornecendo-as em sua integralidade, desde que existentes, ou atentando para a necessidade de explícita fundamentação na hipótese de negativa de acesso aos dados requeridos, em vista de alguma das restritivas circunstâncias legalmente previstas. No caso em tela, o acesso às informações requeridas - sobre a prestação de serviço público - está claramente assegurado pela Lei, sendo obrigação básica fornecê-la.

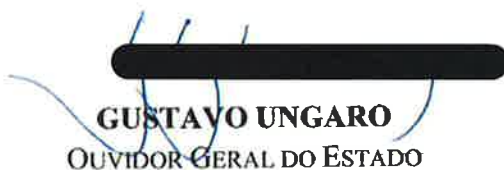
5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Ante o exposto, constatada a falta de atendimento das demandas até o presente momento e ausentes quaisquer justificativas para afastar a vigente regra geral da publicidade, **conheço dos recursos**, e no mérito, **dou-lhes provimento**, com fundamento no artigo 20, incisos I e IV, do Decreto nº 58.052/2012, devendo o IMESC, nos termos do § 2º do artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, adotar as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei nº 12.527/2011 e no aludido Decreto, conforme esta decisão.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 1º de agosto de 2017.

  
**GUSTAVO UNGARO**  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

VKL